

TIAGO SANTOS SALGADO

## NEOLIBERALISMO E TOTALITARISMO: NOTAS SOBRE O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Recebido em 19/01/2022

Aprovado em 13/04/2022

# NEOLIBERALISMO E TOTALITARISMO: NOTAS SOBRE O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

## Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir o neoliberalismo como um sistema totalitário, uma vez que busca realizar uma homogeneização da sociedade, enquadrando a totalidade social em uma perspectiva de mercado concorrencial, em que os indivíduos, o Estado e as instituições da sociedade civil são entendidos como empresas. Consideramos que o neoliberalismo deve ser compreendido em sua totalidade e não apenas em sua forma política, sendo que esta pode se apresentar de diversas maneiras, em particular, democrática, populista ou fascista. Tal consideração é pertinente pela própria natureza do capitalismo contemporâneo, o qual separa política e economia em uma tentativa de naturalizar a exploração no campo econômico, enquanto, na esfera política, opera uma aparente igualdade jurídica e política que pode ou não se efetivar por meio da democracia. Assim, como buscamos analisar a totalidade do fenômeno, entendemos que a forma política não determina o caráter totalitário do neoliberalismo, uma vez que o totalitarismo neoliberal repousa no modo como a exploração da força de trabalho se concretiza nessa fase atual do desenvolvimento capitalista.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; totalitarismo; fascismo; populismo; democracia.

TIAGO SANTOS  
SALGADO

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: [tiago\\_salgado1986@hotmail.com](mailto:tiago_salgado1986@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9815-2384>

## **Abstract**

The present article aims to discuss neoliberalism in its totalitarian form, since it seeks to achieve a homogenization of society, framing the social totality in a competitive market perspective, where individuals, the state and civil society institutions are understood as companies. We believe that neoliberalism must be understood in its entirety, not just in its political form, which can present itself in different ways, in particular as democratic, populist or fascist. Such consideration is pertinent due to the very nature of contemporary capitalism, which seeks to separate the political from the economy, trying, in this way, to naturalize the exploitation in the economic field, while in the political sphere an apparent legal and political equality operates that may or may not take effect in democracy. As we search to understand the totality of the phenomenon, we consider that the political form does not determine the totalitarian character of neoliberalism, and that neoliberal totalitarianism rests on the way in which the exploitation of the workforce takes place in this particular phase of capitalist development.

**Keywords:** neoliberalism; totalitarianism; fascism; populism; democracy.

## I. Introdução

No livro *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*, Jonathan Crary analisa como o modo de produção capitalista, especialmente na fase neoliberal, coloniza todos os aspectos da vida do indivíduo. Nesse sentido, a ideia de se trabalhar sem pausas é normalizada como algo desejável, demonstrando a inexistência de restrição ao consumo, sendo que a acumulação já não se resume a coisas, mas engloba “nossos corpos e identidades”, que assimilam “uma superabundância de serviços, imagens, procedimentos e produtos químicos em nível tóxico e muitas vezes fatal” (CRARY, 2014, p. 20).

Nessa sociedade da superexploração do trabalho, o sono é entendido como um período contraditório, que contesta a acumulação capitalista através da interrupção do tempo produtivo, sendo “[...] a interrupção sem concessões do roubo do nosso tempo pelo capitalismo” (CRARY, 2014, p. 20).

O sono afirma a ideia de uma necessidade humana e de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo monolítico de lucratividade e, desse modo, permanece uma anomalia incongruente e um local de crise no presente global. Apesar de todas as pesquisas científicas, frustra e confunde qualquer estratégia para explorá-lo ou redefini-lo. A verdade chocante, inconcebível, é que nenhum valor pode ser extraído do sono (CRARY, 2014, p. 20).

Como o sono representa essa interrupção no processo de reprodução capitalista – a qual se aprofunda a partir do processo de modernização iniciado no século XIX e se radicaliza no neoliberalismo –, o tempo em que estamos dormindo é alvo de ataques, portanto, é um momento da vida que se torna passível de ser colonizado pela mercantilização que toma conta do globo, pensado como um “shopping center de escolhas, tarefas, seleções e digressões infinitas, aberto o tempo todo” (CRARY, 2014, p. 27).

Retomamos a tese de Crary para pensar o objetivo do presente texto: analisar o neoliberalismo enquanto uma forma totalitária. Em outras palavras, a discussão que pretendemos realizar é que o neoliberalismo demanda o controle total da vida do indivíduo por meio da construção de uma hegemonia,

que impõe uma nova “razão de mundo”, como colocam Dardot e Laval (2016), uma vez que repousa em uma “dupla constatação”: a de que o capitalismo inaugurou um período de “revolução permanente” na ordem econômica e a de que, apesar disso, os indivíduos não se adaptam espontaneamente a essas transformações de mercado. Portanto, a política neoliberal deve transformar a vida das pessoas como um todo, ou seja, deve mudar o próprio indivíduo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 90).

Para o início da discussão, é importante não considerar o neoliberalismo como uma mera continuação do liberalismo clássico – que ganhou corpo doutrinário nos séculos XVIII e XIX. O neoliberalismo deve ser entendido como a razão do capitalismo contemporâneo, o qual se utiliza do Estado para criar condições que impõem uma **normativa concorrencial** em todos os aspectos da vida social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20). Assim, o neoliberalismo não significa a ausência do Estado, mas sim uma fase do capitalismo em que o “Estado mínimo na economia é simetria de capital máximo no Estado” (CHASIN, 2000, p.116). Dessa maneira, o neoliberalismo é o resultado de uma:

Reorganização planetária do capital, movida pela dinâmica imanente do próprio capital, mas em confluência e conexão com o ponto culminante também da desagregação igualmente planetária do movimento crítico (prático e teórico) que tinha por alvo o liberalismo e sua base material, ou seja, o capital, sua forma de sociabilidade e seu modo de ideação e sensibilidade (CHASIN, 2000, p. 116).

Em diálogo com o objetivo do texto, recorreremos à tese defendida por Marilena Chaui (2020), que considera o neoliberalismo como uma nova forma de totalitarismo. Para a autora, ele é totalitário pois recusa as especificidades das diferentes instituições sociais e políticas, que são consideradas “organizações”.

Ou como explica Claude Lefort, o totalitarismo é a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos, ideias para oferecer

a imagem de uma sociedade homogênea, em concordância e consonância consigo mesma. Fechada sobre si, diria Marcuse (CHAUI, 2020, p. 321).

Segundo Chaui, o totalitarismo neoliberal inverte o entendimento clássico acerca do conceito de totalitarismo, de que o Estado absorve a sociedade, já que o Estado acaba sendo absorvido pela sociedade através da assimilação de todas as formas e instituições sociais como empresas. Assim, a escola, os hospitais, o Estado e até mesmo o próprio indivíduo são considerados empresas; portanto, toda a sociabilidade passa a ser norteadada pela lógica concorrencial e de mercado. Nesse sentido, para Chaui, a grande novidade do totalitarismo neoliberal é:

[...] definir todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre a sociedade de ponta a ponta e de cima a baixo: *a empresa* – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Eis porque o Estado é concebido como empresa, sendo por isso espelho da sociedade e não o contrário, como nos antigos totalitarismos. Vai além: encobre o desemprego estrutural por meio da chamada *uberização* do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como *empresário de si mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia (é o que chamo de *neocalvinismo*). O salário não é visto como tal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. Dessa maneira, desde o nascimento até a entrada no mercado de trabalho, o indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e a interiorizar a culpa quando não vence a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, particularmente contra imigrantes, migrantes, negros, índios, idosos, mendigos, sofreadores mentais, lgbtq+, destroçando a percepção de si como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio (CHAUI, 2020, p. 321).

Outro elemento importante a ser considerado é a discussão acerca da própria capacidade analítica da categoria totalitarismo, remontando aos regimes da década de 1930, em particular aos fascismos e aos populismos, assim como o caráter politicista dessa categoria. Nesse entendimento, o “totalitarismo é uma oposição radical ao Estado liberal”, sendo que no Estado liberal existe o predomínio da lei, da razão e da liberdade, garantidas pela difusão do poder e pela pluralidade de partidos. Em contrapartida, no Estado totalitário existiria o predomínio da violência, do terror e da dominação hipertrofiada pela contração nutrida pelo monopólio do poder no partido único. De acordo com essa formulação, a discussão está na tensão entre o indivíduo e o Estado (CHASIN, 2000, p. 80).

Tal teorização se dá no campo do liberalismo, que busca reduzir a questão da liberdade à problemática da legalidade, defendendo que as contradições sociais podem ser resolvidas dentro do aparato jurídico e institucional das democracias liberais. Ou seja, acontece uma “hiperacentuação da esfera política”, o que permite colocar os totalitarismos nazifascistas como a negação da democracia liberal; sendo esta entendida como a expressão ideal da sociedade moderna, ao mesmo tempo que aproxima o nazifascismo do comunismo, como se fossem experiências históricas similares. “Tanto os movimentos e sociedades nazi-fascistas quanto socialistas são considerados por aquela concepção como movimentos de sociedades de massa, de cunho totalitário – definido o totalitarismo justamente como a negação da liberal-democracia” (COTRIM, 1999, p. 45).

Nesse sentido, entendemos que o totalitarismo, considerado apenas em sua forma política, acaba por equalizar fenômenos históricos diferentes, como o nazismo e o comunismo soviético, em particular o stalinismo, perdendo, assim, seu poder analítico e contrapondo tais regimes com um modelo tido como ideal, ou seja, a democracia liberal. Para Ruy Fausto (2017), os totalitarismos do século XX se relacionam diretamente com a Primeira Guerra Mundial e deixaram marcas profundas na vida política e social até os dias atuais. Desse modo, o autor argumenta que vivemos uma era

“pós-totalitária”, mas “esse ‘pós’ é inclusivo, não exclusivo” (2017, p. XVII), e que, portanto, os totalitarismos ainda estão presentes, articulando elementos arcaicos com traços modernos, especialmente na utilização de mídias sociais para o uso de propagandas.

O autor também problematiza a relação entre democracia e capitalismo, sendo que, por conviver dentro de uma ordem capitalista, as democracias são imperfeitas, pois o capitalismo significa, em si, a existência de desigualdade. Essa consideração se faz pertinente ao apontar a inexistência de uma relação direta e obrigatória entre democracia e capitalismo, ou seja, sociedades capitalistas podem existir em diferentes formas políticas, então, “à forma econômica deve-se acrescentar pelo menos a forma política” (FAUSTO, 2017, p. XXV).

Assim, propomos que o totalitarismo é um processo de construção hegemônica (no caso neoliberal) que visa à perpetuação de uma sociedade cujas contradições de classe são amortizadas pela imposição de uma sociabilidade baseada na estrutura concorrencial e mercantil, enquadrando todos os atores sociais, inclusive as instituições da sociedade civil burguesa, enquanto empresas que devem nortear suas atuações de acordo com a normativa concorrencial. Para tal, o totalitarismo neoliberal busca inviabilizar que as classes idealizem um futuro livre do capital<sup>1</sup>. Nesse entendimento, a categoria que era utilizada para eternizar o capitalismo e a democracia liberal – identificando experiências contrárias como totalitárias e, desse modo, descaracterizando experiências tão díspares como o nazismo e o comunismo –, passa a ser utilizada para enquadrar o próprio capitalismo. Portanto, a categoria torna-se uma arma crítica em relação ao capital e às

---

<sup>1</sup> Segundo João Mineiro, a perspectiva do “fim da história”, que ganhou corpo após o fim da Guerra Fria, ou seja, a ideia de que o capitalismo liberal seria o ponto final do desenvolvimento humano, colonizou a vida. No entanto, as crises financeiras e econômicas colocaram essa perspectiva sob uma lógica contraditória, gerando um sentimento de “pessimismo da razão”, em que a ideia de futuro, de um imaginário de esperança pelo qual se vale a pena lutar perde terreno. Para Mineiro, a incerteza em relação ao futuro se relaciona com a quebra na confiança no valor da “própria verdade e no suposto caráter verossímil da informação e do conhecimento”, que ganha corpo com a noção de “pós-verdade”. Segundo o autor, a “pós-verdade” representa que nossas sociedades são mediadas por “uma indústria da invenção e manipulação de fatos” (MINEIRO, 2018, p. 177).

suas consequências no tecido social, uma vez que o neoliberalismo não aceita nem a experiência que se efetiva dentro da ordem do próprio capital, como o Estado de bem-estar ou mesmo a democracia liberal, pois ambos são considerados barreiras para a reprodução total do capitalismo engendrado pelo neoliberalismo.

## **2. O neoliberalismo e a extrema direita**

O neoliberalismo passou a ser considerado uma alternativa para nortear a formulação de políticas públicas como uma reposta às crises capitalistas dos anos de 1970 e 1980. As ideias de autores como Friedman e Hayek “permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação” (CHAUI, 2020, p. 309).

Assim, para os neoliberais, a era dourada do capitalismo havia se revelado um engano, que fez prosperar o “populismo econômico”, de modo que eram necessárias reformas urgentes para restabelecer o funcionamento dos verdadeiros mecanismos econômicos “aptos a garantir a liberdade do indivíduo e promover a estabilidade e o crescimento de longo prazo” (BELUZZO, 2013, p. 165)

Os governos logo teriam de aprender: os agentes racionais que povoam os mercados sabem exatamente qual é a estrutura da economia e, usando a informação disponível, são capazes de antecipar sua evolução provável. Não se deixam enganar, nem por um momento, pelo velho truque de estimular a atividade econômica com anabolizantes nominais da política monetária leniente (BELUZZO, 2013, p. 165).

Os neoliberais passaram a defender a necessidade de um “Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia” (CHAUI, 2020, p. 310), bem como a estabilidade

monetária, uma taxa de desemprego que enfraquecesse os sindicatos, reformas fiscais – com o intuito de diminuir a carga sobre o capital e as fortunas, mas aumentando-a sobre o consumo e o comércio – e um incentivo ao mercado – com o Estado atuando na desregulamentação e na diminuição do investimento público e na adoção de um vasto programa de privatização. Tal modelo, implementado no Chile de Pinochet e, posteriormente, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, ficou conhecido como neoliberalismo (CHAUI, 2020).

Portanto, é possível perceber a tensa relação entre as democracias liberais, surgidas em consonância com o Estado de bem-estar, e o neoliberalismo. Isso se dá pois as políticas neoliberais têm como objetivo a supressão do aparato estatal e jurídico que estruturava a segurança social, a qual fornece os espaços onde a igualdade jurídica, típica de sociedades capitalistas, pode legitimar a dominação sem o uso da coerção, o que caracteriza as democracias liberais.

Assim, a forma política mais adequada ao neoliberalismo passa a ser um sistema autoritário que subverte até mesmo a democracia liberal, uma vez que, para os neoliberais, é necessário que a democracia seja reduzida a “um modo técnico de designificação dos governantes que permite que ela não seja mais vista como um regime político distinto dos outros e, nesse sentido, já abre caminho para a relativização dos critérios de diferenciação comumente admitidos na classificação dos regimes políticos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 384).

Dessa forma, o neoliberalismo representa uma substância de “antidemocratismo”, em que as inerentes tensões sociais abrem espaço para o surgimento de formas políticas totalitárias. Marilena Chaui, por exemplo, classifica o neoliberalismo como um totalitarismo, sem, no entanto, considerar adequado enquadrá-lo como fascista. Para a autora:

[...] como se observa, não emprego o termo *fascismo* para caracterizar a situação presente. Não o faço por alguns motivos: em primeiro lugar, porque o fascismo tem um cunho militarista que, apesar das ameaças

de Trump à Venezuela ou ao Irã, ou o número de militares no núcleo do governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio, não pode ser identificado com a ideia fascista do povo armado; em segundo, porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado que a globalização, ao enfraquecer a ideia de Estado-nação, torna inviável em nosso presente, de maneira que os arroubos nacionalistas de alguns governantes não fazem do nacionalismo o centro mobilizador da política (e, desse ponto de vista, o caso do Brasil, é exemplar) (CHAUI, 2020, p. 319).

Apesar das importantes reflexões levantadas, apontando as incompatibilidades entre o neoliberalismo e o fascismo, consideramos que mesmo alguns dos elementos que configuram a definição “tradicional” dos fascismos continuam presentes nas sociedades neoliberais, apesar de não se apresentarem da mesma maneira como apareceram na década de 1930, como por exemplo: a política de massas, o discurso de ódio contra minorias, o empobrecimento, um mal-estar com as consequências da modernização e da globalização, o retorno de um discurso nacionalista, que não necessariamente representa uma ameaça aos interesses transnacionais do capital, e até mesmo a manutenção e o fortalecimento dos aparatos estatais, que são fundamentais para a estruturação da exploração capitalista e para tornar possível o próprio neoliberalismo. Assim, não descartamos que o totalitarismo neoliberal possa tornar possível o surgimento de Estados fascistas.

Robert Paxton (2007) argumenta que o fascismo contemporâneo poderia ser possível, sendo resultado de uma ampla crise, mas sem uma “semelhança perfeita com o fascismo clássico” (2007, p. 286), sendo que os novos movimentos fascistas evitariam se apresentar como uma ameaça direta à democracia e teriam um forte compromisso com a liberdade de mercado (2007, p. 304), ou seja, com a ordem neoliberal. Para ilustrar seu argumento, o autor resgata uma passagem de George Orwell, de 1933, quando colocou que “o fascismo britânico viria tranquilizadamente vestido como as sóbrias inglesas” (2007, p. 287).

Esse compromisso com o neoliberalismo apresenta uma das particularidades mais importantes da relação entre fascismo e neoliberalismo. Nos anos

de 1930, um dos principais agravantes para o surgimento dos fascismos na Europa, e em outras regiões do mundo, foi o mal-estar gerado pelas consequências da modernização capitalista, em especial após a I Guerra Mundial; ou seja, o avanço das relações de produção capitalistas que entraram em um processo de aprofundamento na segunda metade do século XIX, e que resultam na *Belle Époque* e na valorização do progresso ancorado nos ideais liberais, resultou no conflito europeu que vitimou milhões de vida.

Paxton enumera as condições para a emergência do fascismo na década de 1930: a sensação de crise “catastrófica”, o sentimento de primazia de um grupo, a crença de que existe uma opressão de seu grupo baseado em valores morais e éticos, desvirtuados pelas minorias ou pela fração de classe que ocupa o poder político, a ameaça de inimigos externos e internos, o medo da decadência de valores moralistas e a necessidade de líderes autoritários (2004, p. 79).

Nesse sentido, as crises decorrentes da própria dinâmica da sociedade liberal-burguesa acabam por criar um cimento social favorável ao fortalecimento de movimentos fascistas, os quais passam a atrair para suas fileiras, principalmente, os jovens e a classe média, uma vez que ambos não se consideram pertencentes aos novos códigos morais e comportamentais da burguesia, além do medo da ameaça comunista.

Essa relação entre as consequências da modernização capitalista e o avanço de formas políticas fascistas também está em discussão com o neoliberalismo, uma vez que as políticas neoliberais acabam por criar condições de crises recorrentes cada vez mais intensas. A desestruturação do Estado de bem-estar, a consequente diminuição das políticas de proteção social e a flexibilização dos direitos trabalhistas e dos órgãos de representação coletiva (como os sindicatos e os partidos políticos) resultam em um desemprego estrutural, o que ocorre em função da própria forma contemporânea do capitalismo, que opera não pela inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e no consumo, mas pela exclusão. Essa dinâmica acelera a rotatividade da mão de obra, tornando-a obsoleta e levando ao rebaixamento do salário, o que cria condições para o surgimento de empregos precarizados e atomizados, em

decorrência da terceirização. Desse modo, o próprio reconhecimento da classe trabalhadora enquanto classe é dificultado, já que os trabalhadores passam a ser identificados como empreendedores (CHAUI, 2020, p. 314).

Portanto, os resultados sociais do neoliberalismo são catastróficos para os trabalhadores, que se veem desamparados e em situação de miséria em função da piora de suas condições de vida. Nesse contexto, Ruy Fausto identifica o fortalecimento de movimentos de extrema direita, que conjugam um sentimento antiluzes e de ressentimento e violência, mas que não buscam romper com o capitalismo (2017, p. 319). Tais elementos mostram, mais uma vez, a incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia. Isso se dá porque o neoliberalismo busca o esvaziamento social da democracia, resultando no questionamento acerca da validade e da potencialidade da democracia liberal representativa em cumprir seu papel nas sociedades modernas.

Nesse ponto, cabe destacar que autores como Narita e Morelock (2018)<sup>2</sup> afirmam que tais transformações levam ao surgimento de regimes populistas-autoritários. A caracterização proposta pelos autores citados, em linhas gerais, considera que o populismo autoritário busca homogeneizar a sociedade por meio da força, delimitando um campo de tensão polarizado entre as “elites”, consideradas corruptas, e o verdadeiro “povo”. De acordo com essa análise, o populismo pode ser de direita, com uma composição social de classes médias, ou de esquerda; sendo que o primeiro busca associar as “elites” aos interesses de determinadas minorias, justificando, assim, a mobilização, pelo líder populista, de um discurso que, ao mesmo tempo que condena as “elites”, persegue determinadas minorias, consideradas ameaças às tradições de um “povo” patriota.

---

<sup>2</sup> Existe uma grande discussão acerca do populismo. As características clássicas do conceito fazem referência ao processo de transição das sociedades agrárias latino-americanas em movimento rumo ao processo de modernização. Tal movimento leva a uma crise hegemônica na fração da classe dominante, uma vez que as elites oligárquicas e as novas elites industriais não conseguem conter as tensões sociais decorrentes da própria modernização. Nesse sentido, abre-se espaço para o líder populista, que consegue amortizar as tensões classistas, criando condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Para uma análise detalhada do conceito e suas discussões, ver Cotrim (1999) e Ferreira e De Castro Gomes (2001).

Para Chantal Mouffe (2020), o neoliberalismo construiu um bloco histórico hegemônico após a crise do Estado de bem-estar social, articulando elementos do conservadorismo e da defesa das liberdades individuais, em especial a econômica em contraposição aos organismos de repressão coletiva como sindicatos e partidos políticos. No entanto, após a crise financeira de 2008, para a autora, o neoliberalismo passou a sofrer uma crise de hegemonia, o que abre espaço para um “momento populista”, em que existe a possibilidade de questionar e construir uma nova hegemonia.

Mouffe considera que é necessário implementar um “populismo de esquerda”, em que existe uma conciliação entre diferentes forças sociais para a radicalização da democracia e para o retorno da política através de reformismo radical. Dessa forma, a democracia estaria consolidada com um conteúdo social e participativo, em que um povo ampliado poderia participar ativamente do processo de construção de políticas públicas, retomando categorias que foram abandonadas pela democracia durante o neoliberalismo, em particular as ideias de soberania do povo e de igualdade (2020).

No entanto, a discussão aqui proposta, por sua vez, não se dá apenas na forma política do neoliberalismo. Aqui, consideramos que o totalitarismo neoliberal pode se apresentar de diferentes maneiras, dependendo da correlação de forças e de como se estruturam as potencialidades materiais da produção e reprodução do capital no que tange à dominação e à hegemonia, ou seja, o neoliberalismo pode conviver com a forma política populista ou não, sendo possível, inclusive, a existência de formas fascistas<sup>3</sup>.

Por fim, frente ao avanço neoliberal – que se coaduna com aspectos políticos e sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas, resultando no fortalecimento de movimentos políticos conservadores em países como Brasil, EUA, Hungria e Inglaterra, por exemplo – e ao aumento do interesse nos estudos referentes ao desgaste ou à crise da democracia liberal, propomos

---

<sup>3</sup> Autores como Federico Finchelstein (2019) consideram que o fascismo e o populismo são fenômenos complementares. Para o autor, o que os diferencia é a convivência com práticas democráticas, sendo que, dessa forma, o populismo seria um novo estágio do fascismo.

entender tal dinâmica a partir da construção da hegemonia que o neoliberalismo engendra, entendendo essa hegemonia como a forma de dominação típica de “sociedades ocidentais”, como coloca Gramsci, em busca de consensos por meio das instituições da sociedade civil, o que possibilita ao Estado se apresentar como “neutro”.

Essa aparente separação entre o aspecto político e o econômico da exploração e da dominação capitalista, detalhada por Wood(2003), auxilia no entendimento de que no neoliberalismo, diferentemente do que prega o discurso corrente, o Estado não é mínimo, pelo contrário, atua constantemente como repressor e como gestor de uma sociabilidade totalmente norteada por imperativos econômicos, idealmente, sob a roupagem da linguagem técnica, travestida pelo discurso antipolítico e de valorização da gestão e administração.

Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. A prática administrativa se reforça e se amplia à medida que o modo de produção capitalista entra na sua fase neoliberal, que, trazendo a fragmentação e desarticulação de todas as esferas e dimensões da vida social, passa a exigir que se volte a articulá-las por meio da administração. (CHAUI, 2020, p. 320).

Assim, na atualidade, o capitalismo é marcado pela diferenciação entre a economia e a política, uma vez que a apropriação do trabalho se dá na esfera econômica, por meios econômicos, não existindo a necessidade de pressões extraeconômicas, perpetuando assim uma aparência de igualdade e liberdade no campo jurídico (WOOD, 2003, p. 35). Portanto, é possível que os defensores das políticas neoliberais a justifiquem evocando a liberdade individual proposta pelos arcaísmos jurídicos das democracias liberais, consagrados desde as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX.

Ao executar essa diferenciação entre o econômico e o político com a existência de uma série de normativas liberais, que buscam propor a igualdade e a liberdade aos cidadãos ao mesmo tempo que o Estado ocupa o papel

de defensor da propriedade privada e da garantia da lei e da ordem, cria-se uma condição ideal para a exploração do trabalho e para a reprodução do capital, já que se deslocam as disputas sociais para a arena política, na disputa pelo Estado, que não tem sua natureza e função social questionadas, inviabilizando as lutas de classes no campo econômico, onde de fato a exploração do trabalho acontece (WOOD, 2003, p. 43).

A separação entre o campo econômico e o político permite, também, que o Estado ocupe uma função aparentemente pública e democrática, possibilitando que, por meio do sufrágio universal, o poder político seja ocupado por parcelas de classes não proprietárias ou “apropriadores”, como coloca Ellen Wood (2003). No entanto, devido a sua natureza capitalista, esse mesmo Estado utiliza-se de seus mecanismos institucionais, legais e policiais para garantir a reprodução capitalista, a exploração do trabalho e a repressão de movimentos sociais que coloquem em risco a ordem capitalista.

Isso torna possível que, independentemente de qual fração da classe dominante ocupe o poder político, a exploração capitalista seja garantida. No caso neoliberal, sua forma política pode ser mais ou menos próxima das definições clássicas do fascismo ou do populismo, no entanto, o que determina seu aspecto totalitário não está apenas no poder político, mas na maneira como acontece a dominação e a apropriação do trabalho, isto é, no modo como o capital se relaciona com a sociedade e os indivíduos, buscando controlar totalmente as sociabilidades.

### **3. Neoliberalismo e totalitarismo**

Para entender como o neoliberalismo se concretiza de forma totalitária, analisamos as obras de diversos teóricos neoliberais sob uma perspectiva crítica<sup>4</sup>, uma vez que estas buscam a construção de uma hegemonia que inviabiliza qualquer forma de organização social alternativa, mesmo dentro

---

<sup>4</sup> No caso específico desse texto, utilizamos como obras de referência: Dardot e Laval (2017) e Brown (2019).

do capitalismo. Portanto, o neoliberalismo precisa ter o controle total das relações sociais e de produção. Pensamos, então, que o neoliberalismo deve ser entendido a partir de uma perspectiva dialética, em que “o conhecimento da realidade social depende de uma investigação capaz de entender quais são os principais elementos que definem as características gerais da vida social” (COELHO, 2014, p. 5).

Como a perpetuação do capitalismo contemporâneo se dá pela aparente separação entre o político e o econômico, ou seja, entre os momentos da exploração, sendo que na fase neoliberal acontece uma fragmentação da vida social ainda mais radical, entendemos que é imperativo compreender “as articulações entre as diferentes dimensões em torno das quais a sociedade se estrutura: economia, cultura, política e ideologia” (COELHO, 2014, p. 5).

Para o método dialético não existe separação entre o sujeito e o objeto, e o conhecimento é sempre totalizante: o objeto faz parte de um contexto mais abrangente. Os objetos de investigação não podem ser conhecidos sem que seja levada em consideração a atuação dos sujeitos. Sendo que os sujeitos só existem em situações sociais e históricas concretas (COELHO, 2014, p. 5).

Nessa perspectiva, percebemos a construção de um arcabouço teórico que visa nortear a ação humana, nesse sentido ideológico, para a formação de uma sociedade de sujeitos-empresas, que estão constantemente em um estado concorrencial, buscando aperfeiçoar a produção em nome de aspectos éticos, como a “natureza empreendedora” humana ou a liberdade, em especial a de comércio, como valor universal de toda e qualquer sociedade.

Em textos como *O caminho da servidão*, publicado em 1944, uma das obras que pautam o neoliberalismo, Friedrich Hayek coloca-se contrário ao Estado de bem-estar social e às limitações impostas ao mercado. Sua teorização parte do pressuposto de que a presença do Estado na economia atrapalha os caminhos “naturais” do livre mercado, gerando uma igualdade nociva ao desenvolvimento capitalista, já que não incentiva os indivíduos a empreenderem e a competirem – dinâmica esta que possibilitaria um maior desenvolvimento geral da sociedade. “Seu objetivo [do neoliberalismo] era combater o

keynesianismo e o solidarismo reinante, fazendo que o mundo voltasse a ser pautado por um capitalismo duro e livre de regras” (PAULANI, 2008, p. 67).

Contudo, destacamos, novamente, que a prática neoliberal, apesar de muitas vezes utilizar a retórica do Estado mínimo, não significa uma completa ausência do Estado na economia ou na sociedade. O que se defende no neoliberalismo é que o Estado atue de modo diferente do que propõe o keynesianismo, ou seja, que o Estado mude a sua maneira de atuação na economia e na sociedade, com o intuito de moldar politicamente as relações econômicas e sociais a partir das normas da concorrência.

[...] Mas, ainda que admitam a necessidade de uma intervenção do Estado e rejeitem a pura passividade governamental, os neoliberais opõem-se a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados. A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

Nesse sentido, após a crise capitalista dos anos de 1970, o neoliberalismo se apresentou como a solução dos problemas econômicos enfrentados pelos países capitalistas centrais. Ao acusar o excesso de intervenção do Estado por meio de políticas sociais e da atuação “predatória” dos sindicatos – fato que diminuiria as taxas de lucros e a possibilidade de crescimento econômico –, os neoliberais passaram a defender um

Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 2).

O neoliberalismo busca, portanto, afastar “qualquer possibilidade de organização social que não seja embasada na completa liberdade econômica e em sua suposta ordem meritocrática” (PAULANI, 2008, p. 68). Dessa maneira, frente a sua animosidade em relação às organizações coletivas, o ideário anti-comunista – particularmente após a chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos EUA, em 1980 – passou a ser parte importante do discurso neoliberal. Em plena Guerra Fria, o anticomunismo neoliberal foi importante para conseguir apoio de parcelas consideráveis das sociedades nesses países, sendo um “trunfo da ideologia neoliberal” nas regiões de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p. 3).

Também é importante ressaltar que o neoliberalismo defende as privatizações de empresas e serviços públicos como forma de enxugar os gastos sociais do Estado em nome de uma responsabilidade fiscal. Tais medidas, colocadas em prática em muitos países europeus, conseguiram sucesso em alguns de seus objetivos, em especial, o controle da inflação, o aumento dos lucros das empresas, a diminuição da influência dos sindicatos – o que resultou na redução considerável dos salários – e a criação de uma “taxa natural” de desemprego. No entanto, essas conquistas não conseguiram atingir o principal objetivo do neoliberalismo: o de revitalizar o capitalismo que estava em crise desde a década de 1970.

Conforme aponta Perry Anderson, durante os anos de 1980, os países capitalistas centrais não apresentaram a dinamização econômica esperada pelos neoliberais, pois “a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (1995, p. 7). No entanto, o neoliberalismo conseguiu cumprir uma função ainda mais fundamental para a instauração da nova fase do capitalismo, impondo ao Estado e à sociedade uma nova racionalidade, uma nova “razão do mundo”, em que o pressuposto a ser seguido é o da concorrência, tanto entre Estados como entre indivíduos.

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Com as novas crises capitalistas – por exemplo, as da década de 1990 e até mesmo as mais recentes, como a dos anos 2000 –, o neoliberalismo manteve-se como o principal arcabouço teórico para nortear as políticas públicas, apesar das provas materiais de suas inconsistências e de ter criado sociedades mais desiguais e empobrecidas. No caso latino-americano, a história do neoliberalismo tem início com a experiência chilena durante a ditadura de Pinochet e, posteriormente, no final dos anos de 1980 e 1990, em países como Venezuela, Argentina e Bolívia, quando estes passaram a adotar “pacotes de reestruturação econômica” desenvolvidos pelos FMI e pelo Banco Mundial, o que causou graves danos sociais a esses países.

A principal conquista neoliberal foi, portanto, uma conquista ideológica e política, pois o neoliberalismo se coloca como a única alternativa às crises capitalistas, como sendo um corpo de “doutrina coerente, auto-consciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1995, p. 12).

Para os pensadores neoliberais, a importância do aspecto ideológico, que se coloca também dentro da lógica concorrencial, sendo entendido como o campo da “luta ideológica” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205)<sup>5</sup>, pode ser percebido pelo fato de esses ideólogos terem passado a ocupar um local privilegiado na imprensa, destacando-se como “formadores de opinião” e construindo, assim, um discurso de que todos os sistemas ideológicos contrários ao neoliberalismo se relacionam com a supressão da liberdade individual e de mercado, bem como com o inchaço de um Estado ineficiente e

---

<sup>5</sup> Hayek, Von Mises, Stigler e Friedman foram alguns dos intelectuais neoliberais que admitiam a importância da disputa ideológica na concretização dos planos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 204).

corrupto. Portanto, o que se viu foi a formação de verdadeiros “evangelistas do mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205).

Nesse sentido, autores como Hayek propuseram um projeto político-social em que o mercado e a moral, juntos, formam o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização. Sendo assim, os autores neoliberais traçam uma linha de continuidade ligando a atuação do Estado, que impediria o livre mercado, a questões relacionadas à moralidade e à liberdade individual, isto é, liberdade de mercado passa a ser sinônimo de liberdade individual (BROWN, 2019).

Dessa maneira, os neoliberais conseguem congregam valores que eles entendem como moralidade tradicional, tais quais família, religião, ordem, propriedade privada e liberdade de mercado, uma vez que a intervenção indevida do Estado no mercado significaria uma intervenção na vida pessoal dos indivíduos. Essas relações conseguem explicar uma das combinações possíveis no totalitarismo neoliberal: a conjugação da liberdade de mercado com valores da extrema direita.

Outra consequência do neoliberalismo é a sua proposição antidemocrática, uma vez que a democracia pressupõe um “espaço em que experimentamos um destino comum em meio às nossas diferenças e distâncias”, que Wendy Brown considera como o social, um “local onde cidadãos de origens e recursos amplamente desiguais são potencialmente reunidos e pensados como um conjunto” (2019, p. 38). Como esse espaço representa, para os neoliberais, uma ingerência indevida do Estado na ação dos mercados, pois realizaria uma espécie de justiça social indevida, dado que os indivíduos devem concorrer de forma livre, e os menos adaptados fracassam<sup>6</sup>, o neoliberalismo se insurge contra o social, gerando uma cultura antidemocrática, que legitima formas de poder antidemocráticas (2019, p. 39).

Para compreender como se efetiva a hegemonia neoliberal, entendemos que a realização do poder político depende do conflito no interior das instituições

---

<sup>6</sup> Nesse aspecto, é possível perceber a apropriação, por parte dos neoliberais, de características que remontam ao darwinismo social de Herbert Spencer, onde os mais fracos deveriam ser eliminados pela concorrência, tida como natural, pelos mais fortes. Por isso condenam a presença do Estado, ou melhor, do social, uma vez que subverte a concorrência e possibilita que os mais fracos não sejam eliminados.

sociais (sociedade civil). Assim, segundo Gramsci, o exercício da ideologia vincula-se ao controle ideológico da sociedade civil (COELHO, 2014, p. 62).

De acordo com a perspectiva teórica de Gramsci, a produção ideológica, particularmente a que circula pelos meios de comunicação, possui uma enorme importância política: o controle da sociedade política está vinculado ao exercício da hegemonia (poder ideológico) na sociedade civil (COELHO, 2014, p. 62).

Para Gramsci, a hegemonia se relaciona com o consentimento que um grupo ou classe dominante consegue conquistar dos grupos dominados (EAGLETON, 1997, p. 95), sendo a separação entre as esferas políticas e econômicas uma das maneiras mais eficientes de se conseguir tal consentimento. No caso neoliberal, essa separação se camufla em ausência do Estado, tido como opressor, sendo importante que, além da ação estatal na construção de aparatos jurídicos de subordinação da sociabilidade e da normatividade concorrencial, atue-se na formação de uma cultura neoliberal, que busca sua legitimidade através do consenso, sem abrir mão, se necessário, da coerção estatal – “assim, hegemonia é uma noção inerentemente relacional, além de prática e dinâmica [...]” (EAGLETON, 1997, p. 107).

Diante disso, o neoliberalismo busca englobar a totalidade da sociedade, com o objetivo de impossibilitar qualquer aspecto de heterogeneidade social, seja em relação à divisão das classes sociais e a suas relativas posições na cadeia produtiva, seja enquanto indivíduo, uma vez que a sociedade como um todo passa a funcionar de acordo com as normas de mercado, com as pessoas sendo entendidas como empresas.

Vemos entonces la originalidad del totalitarismo neoliberal respecto a todas las otras formas totalitarias: la indivisión o la atomización social se realiza en este caso bajo la acción de un Estado no colectivista que ejerce su coerción sobre las pulsiones y los deseos, sino a través de un Estado “privatista” que libera las pulsiones principales en detrimento de los deseos secundarios (WEINSTEIN, 2018, p. 80).

Assim como a construção de uma sociedade homogênea, Weinstein (2018) identifica outra característica no totalitarismo neoliberal: a “determinação do poder” – no caso, o poder é ocupado pela “ciência da gestão”, traço também identificado por Chaui (2020). Tal perspectiva, agindo em conjunto com o aparato de construção hegemônica, permite que o capital – no caso do neoliberalismo, o capital financeiro – não precise legitimar o poder totalitário através de aspectos deterministas, como as “leis objetivas da política racial nazista” (WEINSTEIN, 2018, p. 81), criando a possibilidade de que tal dominação aconteça dentro de uma esfera supostamente democrática, pois se utiliza de estratégias de *marketing*, de propaganda e de financiamento de campanhas eleitorais.

Portanto, o neoliberalismo acaba por inviabilizar a democracia, uma vez que, apesar de sua determinação social enquanto forma política de uma dominação de classe específica, a ordem democrática necessita criar um ambiente onde as oportunidades de participação no sistema político construam um aparato de igualdade jurídica nas sociedades, o que significa a existência de brechas em que as diferenças entre os interesses de classe se tornem aparentes, mas não impossíveis de serem solucionadas, cabendo ao Estado e à normativa jurídica esse papel de árbitro entre tais contradições. Essa dinâmica confere legitimidade à democracia e à própria dominação, que, como observamos, acontece no campo da política.

No entanto, o neoliberalismo não aceita essas brechas em que as diferenças e tensões capitalistas se manifestam na democracia, pois as entende como elementos estranhos ao funcionamento dos mercados e da ordem concorrencial. Dessa maneira, o neoliberalismo corrompe a democracia, ou melhor, prevê a existência de uma democracia sem o social; ou seja, a democracia, mesmo a democracia liberal, não cria as condições para a realização do neoliberalismo.

#### 4. Considerações finais

Esperamos ter demonstrado que o neoliberalismo se efetiva de forma totalitária nas sociedades atuais, sendo a expressão das contradições capitalistas após a crise do mundo soviético e do Estado de bem-estar social, e busca criar condições para a máxima exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo que se coloca como um conjunto de ideias que defende as liberdades individuais.

Dessa forma, a construção da hegemonia neoliberal parte da conjugação de perspectivas caras ao conservadorismo, como as ideias de tradição, família e pátria, e um ultraliberalismo que defende o individualismo e a livre circulação de capitais. Assim, tornou-se possível condenar instituições sociais, como o Estado, partidos políticos e sindicatos, ditos como corruptos e ineficazes, e defender a imposição de uma lógica concorrencial tipicamente mercantil para todas as esferas da vida social.

Tal perspectiva acarretou uma série de consequências sociais que se materializaram no empobrecimento da classe trabalhadora e no aumento das taxas de lucros de grandes conglomerados industriais e financeiros. Para David Harvey, esse movimento pode ser entendido como uma “acumulação por espoliação”, que acontece “através da centralização da riqueza e do poder nas mãos de poucos, através de uma série de práticas essenciais do neoliberalismo, como a privatização e a financeirização” (HARVEY *apud* MOUFFE, 2020, p. 98.)

Ao realizar uma genealogia do pensamento autoritário liberal tipicamente neoliberal, Grégoire Chamayou chama a atenção, assim como fizeram Dardot e Laval (2017), para a expansão da lógica da empresa para todas as esferas sociais. Como já assinalado, os neoliberais buscaram construir um arcabouço teórico que contrapunha o liberalismo ao totalitarismo e a democracia ao autoritarismo. Ou seja, dentre as alternativas possíveis, a única que não poderia ser aceita era o totalitarismo, sendo que a democracia só teria validade caso adotasse uma política econômica liberal.

Em 1981, quando lhe perguntaram sobre sua posição diante dos regimes totalitários na América do Sul, Hayek retruca que isso não existe. Não confundamos totalitarismo e autoritarismo. E esclarece que o único governo “totalitário” que existira até recentemente na América Latina havia sido o Chile de Allende. Sem dúvida, um caso extremo de “democracia totalitária”. Totalitária? Mas em que sentido? É “totalitário”, Hayek responde, um sistema que, diferentemente do liberalismo e do individualismo, “pretende organizar o conjunto da sociedade e de todos os seus recursos”, tendo em mira um “fim unitário” (CHAMAYOU, 2020, p. 331).

Como se percebe, para Hayek, o governo democrático de Allende era inaceitável, considerando-o uma “democracia totalitária”, enquanto a ditadura sanguinária de Pinochet era entendida como um regime liberal, já que defendia a liberdade dos mercados. Essa é a moralidade neoliberal. E mais: acusa a democracia e a *via chilena* ao socialismo de pretender “organizar o conjunto da sociedade e de seus recursos”, como se o neoliberalismo não fizesse exatamente o mesmo. Com uma diferença – enquanto o governo democrático de Allende buscava organizar a sociedade através da ação coletiva, de forma democrática, tentando romper os laços de subordinação e dependência que marcam o Chile, o neoliberalismo busca reproduzir e aprofundar essas mesmas características, mesmo que para isso tenha que apoiar golpes de Estado, tortura e assassinato.

A ginástica teórica operada pelos neoliberais guarda raízes nos escritos de autores como Carl Schmitt e que posteriormente foram reapropriados pelos paladinos neoliberais – particularmente, Hayek –, que se apropriaram da análise do pensador alemão sobre a conjuntura pré-nazista nos anos de 1920 e sua crítica à democracia. Para Schmitt, o conceito-chave era o de “Estado total”, fazendo referência à possibilidade de a democracia parlamentar construir práticas tidas como totalitárias. Essa tese é apropriada por Hayek através da equação: “Estado neutro” – liberal do século XIX – está se transformando em “Estado total”, ou seja, as contradições da expansão democrática estariam acabando com a neutralidade do Estado e prejudicando seu pleno funcionamento.

Dessa forma, os neoliberais acreditam que, para acabar com o “Estado total” típico de democracias excessivas, como a do Estado de bem-estar social, seria necessário um Estado ainda mais forte, mas que atuasse no sentido de destruir as relações inerentes à democracia através de forte repressão e atividades propagandistas, mobilizando o que existe de mais moderno para controlar corpos e mentes. A liberdade, portanto, ficaria restrita às atividades do mercado.

Ora, fica claro nesse ponto o que Mises queria dizer quando afirmou que o “fascismo e todos os impulsos similares salvaram a civilização europeia”. Para os neoliberais, o fascismo foi a solução para desemaranhar as contradições e as pressões sociais resultantes da democracia. Para Hayek, por exemplo, foi a República de Weimar a responsável pelo nazismo na Alemanha, uma vez que a democracia do bem-estar “alimenta um socialismo que conduz diretamente ao fascismo”. Quer dizer, retira-se a reponsabilidade dos próprios nazistas e culpabiliza-se aqueles que foram as vítimas. Como aponta Chamayou, é um “continuísmo grosseiro que só pode ser enunciado à custa da negação das relações políticas e sociais” (2020, p. 346).

Assim, o liberalismo autoritário defendido pelos neoliberais, além de atacar a democracia, também é composto por um profundo anticomunismo, o que justifica, em casos particulares, a instalação de ditaduras, contanto que adotem a liberdade para o capital. Dessa forma, ao apoiar ditaduras, abre-se uma outra contradição, dessa vez no que diz respeito ao conceito de liberdade, ou seja, como ser liberal e defender um regime autoritário que nega os direitos civis, prende, censura, tortura e mata?

Para uma parte do pensamento neoliberal, essa engenharia é possível pois a liberdade relacionar-se-ia exclusivamente à liberdade de mercado, que se sobrepõe à liberdade individual. Portanto, é possível, para os neoliberais, existirem regimes autoritários muito mais liberais do que democracias, que estariam sujeitas a pressões de grupos específicos que inviabilizariam o livre mercado. Ora, como muitos grupos de pressão se vinculam às demandas de minorias, essas passam a ser relacionadas como inimigas da liberdade

e do crescimento econômico nacional. Até mesmo questões relacionadas à preservação do meio ambiente são tidas como medidas autoritárias que diminuem o direito e a liberdade de empreender e lucrar.

Mas que conteúdo resta em uma noção de liberdade tão rasa? Apenas a liberdade econômica, compreendida como livre disposição de sua propriedade. “Quando madame Thatcher afirma que a livre escolha deve se exercer mais no mercado do que nas urnas, ela se limita a lembrar” endossa Hayek, “que nesse primeiro tipo de escolha é indispensável à liberdade individual, enquanto o segundo não é: a livre escolha pode, aliás, existir sob uma ditadura capaz de limitar a si mesma, mas não sob o governo de uma democracia ilimitada.” Não poderia ser mais claro: a liberdade econômica, a do individualismo possessivo, não é negociável, enquanto a liberdade política é opcional (CHAMAYOU, 2020, p. 330).

Por fim, compreender as contradições e as relações entre o neoliberalismo, o conservadorismo e o autoritarismo em sua constante oposição à democracia é de fundamental importância para conseguirmos cumprir a tarefa que se coloca nos tempos atuais, ou seja, conseguir encontrar soluções para interromper a marcha neoliberal e sua forma totalitária. Para tal, não podemos nos furtar a nomear os fenômenos pelo que são. No atual estágio, de profunda crise social, política e econômica, em que o mercado e o capital buscam normas formas de se reproduzirem e de expandirem seus tentáculos, inclusive através do aumento da superexploração da classe trabalhadora, muitas experiências políticas flertam claramente com a ruptura democrática. Como já sabemos, esses grupos não possuem nenhum apreço pelas liberdades e pelos direitos sociais.

## Referências

- ANDERSON, Perry. “As antinomias de Antonio Gramsci”, *Crítica Marxista*, n.1, p.7-74, São Paulo, Joruês Cia Editorial, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Balanço do neoliberalismo” in: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 9-23.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga De Mello. *O capital e suas metamorfoses*. SciELO-Editora Unesp, 2016.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
- CALLINICOS, Alex. *A vingança da história: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1993.
- CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo, Ubu Editora, 2020.
- CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem*, Tomo III-Política. São Paulo: Ensaio, 2000.
- CHAU, Marilena. “O totalitarismo neoliberal”, *Anacronismo e Irrupción*, v. 10, n. 18, pp. 307-328, 2020.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *Teoria crítica e sociedade do espetáculo*. Jundiaí, Ed. In House, 2014.
- COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Gramsci e o conceito de hegemonia*. Salvador: Quarteto, 2011.
- COTRIM, Livia. *O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *De Rousseau a Gramsci*. Ensaio de teoria política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- CRARY, Jonathan. *24/7 – capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, Ubu Editora, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo, Unesp, 1997.
- FAUSTO, Ruy. *O ciclo do totalitarismo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2020.
- FERREIRA, Jorge Luiz; DE CASTRO GOMES, Angela Maria. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001
- FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo, Leya, 2019.
- HONÓRIO, Cecília. “Populismo: esquerda, direita e demoliberalismo” in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China Edições, 2018.
- IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- LOUÇÃ, Francisco. “A maldição populista na bola de cristal do século XXI” in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China Edições, 2018.
- MINEIRO, João. “O tempo, as redes e o espetáculo do populismo” in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China Edições, 2018.
- MORELOCK, Jeremiah.; NARITA, Felipe. *Public Sphere and World-System: Theorizing Populism at the Margins*. in: MORELOCK, J. (ed.). *Critical Theory and Authoritarian Populism*. Londres: University of Westminster Press, 2018, pp. 135-153.

- PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.
- ROMERO JIMÉNEZ, Juan Eduardo; PUGA, Eduardo Álvarez. *Maldito mercado: manifesto contra el fundamentalismo neoliberal*. Barcelona, Ediciones B, 1996.
- ROSAS. *Fascismo e populismo: elementos para uma reavaliação histórica*. in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Tinta da China edições, Lisboa, 2018.
- SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- WEINSTEIN, Marc. "Pensar el totalitarismo neoliberal. Seis tesis sobre el totalitarismo", *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*, n. 10, pp. 74-115, 2018.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.